

## **ANEXO 15**

### **REGULAMENTO DA TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO PARA A CONCESSIONÁRIA**

**CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE LITORAL PAULISTA**

## **1. INTRODUÇÃO**

- 1.1. O SISTEMA RODOVIÁRIO será transferido de forma integral à CONCESSIONÁRIA mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, nos prazos, termos e nas condições estabelecidos neste ANEXO.
  - 1.1.1. A transferência dos trechos rodoviários descritos no item 1.1, acima, à CONCESSIONÁRIA, compreende tanto as vias principais quanto as auxiliares, incluindo ACESSOS, conforme descrição apresentada no ANEXO 2, as quais passarão a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO escopo da CONCESSÃO e, portanto, deverão ser consideradas pela CONCESSIONÁRIA ao desempenhar todas as atividades e cumprir todas as obrigações relacionadas à exploração da CONCESSÃO.
- 1.2. Eventuais obstáculos ao fiel cumprimento das disposições deste ANEXO, ainda que imputáveis a terceiros, não eximem a CONCESSIONÁRIA da assunção do SISTEMA RODOVIÁRIO à zero hora da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, observadas as disposições deste ANEXO e do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 1.3. A partir da assunção dos trechos que compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO, na forma disciplinada neste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as obrigações a ela atribuídas no CONTRATO e nos ANEXOS, assegurando a prestação de SERVIÇO ADEQUADO no trecho rodoviário que compõe o SISTEMA RODOVIÁRIO, mesmo que ainda não concluídas todas as etapas procedimentais estabelecidas neste ANEXO.
- 1.4. A CONCESSIONÁRIA é responsável exclusiva pelo ônus da sua omissão ou da sua inércia nas providências previstas neste ANEXO.

## **2. DOS PRAZOS PARA A TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO**

- 2.1. O SISTEMA RODOVIÁRIO deverá ser transferido à CONCESSIONÁRIA na DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, nos termos da Cláusula 6.2 do CONTRATO, por intermédio da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

## **3. DAS PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA A PARTIR DA ASSUNÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO**

- 3.1. A partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 3 (três) meses para a elaboração do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO.
  - 3.1.1. As PARTES e a ARTESP deverão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da celebração do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, definir a metodologia para a elaboração do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO.
  - 3.1.2. Caso as PARTES e a ARTESP não cheguem em consenso quanto à metodologia a ser adotada para a elaboração do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, no prazo definido no item 3.1.1, acima, a CONCESSIONÁRIA deverá adotar a metodologia adotada pelo PODER CONCEDENTE quando da elaboração dos estudos que antecederam a CONCESSÃO disponibilizados no Data Room da LICITAÇÃO.
- 3.2. O LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO terá por objetivo exclusivo a identificação de novos passivos socioambientais não indicados no APÊNDICE B.
  - 3.2.1. Caso sejam identificados novos PASSIVOS AMBIENTAIS deverá ser elaborado laudo técnico individual da evolução de cada ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional competente e com recolhimento de

Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- (i) Localização do passivo socioambiental;
  - (ii) Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);
  - (iii) Descrição geral do tipo de passivo e da situação identificada por meio de levantamento *in loco*;
  - (iv) Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
  - (v) Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local, segundo Normas do DER/SP, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;
  - (vi) Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
  - (vii) Croqui da situação identificada e das soluções propostas para o passivo ambiental;
  - (viii) Registro fotográfico da situação observada;
- 3.3. Os passivos socioambientais constantes do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, elaborado conforme metodologia aprovada pelas PARTES, nos termos do item 3.1.1, ou conforme metodologia adotada pelo PODER CONCEDENTE, na forma do item 3.1.2, na forma como aprovado pela ARTESP, constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO, desde que não constem ou não decorram da lista disposta no APÊNDICE B.
- 3.4. O reequilíbrio econômico-financeiro com base no item 3.3, acima, será realizado nos termos do CONTRATO.
- 3.5. Após a implementação do reequilíbrio econômico-financeiro, a CONCESSIONÁRIA não terá nada mais a reclamar sobre os passivos socioambientais existentes no SISTEMA RODOVIÁRIO, inclusive aqueles identificados no LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, salvo vícios ocultos, nos termos do CONTRATO.

#### **4. DO COMPARTILHAMENTO DE RISCO E SEUS EFEITOS**

- 4.1. Os passivos socioambientais que constem do APÊNDICE B deverão ser corrigidos pela CONCESSIONÁRIA, nos termos e condições constantes do CONTRATO e ANEXOS, e não constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO.
- 4.2. Nos casos de incorreções ou falhas identificadas na versão aprovada pela ARTESP do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, que atendam aos termos e às condições deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA será obrigada a realizar as respectivas correções após determinação da ARTESP, configurando EVENTO DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO.

#### **5. INVENTÁRIO**

- 5.1. O LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO e demais documentos, produzidos pela CONCESSIONÁRIA, integram os INVENTÁRIOS, os quais deverão ser mantidos atualizados, inclusive em termos tecnológicos e por meio de vídeo-registro georreferenciado.

## **6. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 6.1. A CONCESSIONÁRIA, observando, no mínimo, as recomendações das versões aprovadas do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, deverá elaborar cronograma para a adequação de todas as não conformidades apontadas e submetê-lo à aprovação da ARTESP.
- 6.2. O cronograma deverá observar, para todos os fins, os prazos e exigências do item 6.1 do ANEXO 6.
- 6.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá sofrer ônus, tais como penalidades contratuais e deduções referentes à mensuração de INDICADORES DE DESEMPENHO, diretamente decorrentes das incorreções constatadas no âmbito da versão aprovada do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, até que se encerre o prazo estipulado no cronograma estabelecido nos termos do item 6.1 acima.